



ACÓRDÃO Nº 876/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11475/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Amaturá
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Jesus de Nazareno Tananta Carvalho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2552/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Amaturá. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Arquivamento. Ofício.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que acolheu o voto proferido pelo Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Jesus de Nazareno Tananta Carvalho**, responsável pela Câmara Municipal de Amaturá, no curso do exercício de 2017, nos termos do art. 71, II, da CF/1988, art. 40, II, da CE/1989, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I, art. 22, III, "b", "c" e "d" e art. 25 da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 11, III, "a", "3" e art. 188, § 1º, III, "b" e "c" da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Jesus de Nazareno Tananta Carvalho** no valor de R\$ 13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos dos art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei 2423/1996 (Lei



ACÓRDÃO Nº 876/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Orgânica do TCE/AM) c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), relativa às restrições remanescentes, constantes no relatório conclusivo da DICAMI às fls. 894/934 e neste relatório e voto, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Considerar em Alcance o Sr. Jesus de Nazareno Tananta Carvalho no valor de **R\$ 332.970,51** (trezentos e trinta e dois mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e um centavos), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Amaturá, em função da glosa especificada na conclusão do Parecer Ministerial (fls. 935/941), com devolução aos cofres públicos corrigida nos moldes do art. 304, VI, da Resolução nº 04/2002-RI/TCE-AM. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias, ficando a DERED autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Amaturá que:

10.4.1. Que em pagamentos futuros oriundos de contratos, constem com clareza documentos de pedidos para a realização dos serviços, documentos que comprovem onde e como eram prestados os referidos serviços, e suas comprovações da realização dos serviços;

10.4.2. Que a Câmara Municipal procure os meios legais disponíveis para rever os valores da Conta Demais Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo no valor de R\$ 1.200.899,62;

10.4.3. Designação de um outro servidor para o Controle interno, para não haver duplicidade de serviços realizados;

10.5. Arquivar o presente processo, após cumpridas as providências supracitadas;

10.6. De acordo com o voto-destaque do Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva, Oficial** ao Ministério Público do Estado do Amazonas, com cópia das peças processuais necessárias à demonstração da



ACÓRDÃO Nº 876/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral